



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 187ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e quinze, às quatorze horas, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, José Firmo Reis Soub, Antonio Ezequiel de Araujo Neto, Maria Anaides do Vale Siqueira Soub, Conceição de Maria Pacheco Brito, Ana Luisa Rivera, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza – Vice-Procuradora-Geral de Justiça, Diaulas Costa Ribeiro e André Vinícius Espírito Santo de Almeida, e o Corregedor-Geral do MPDFT, Procurador de Justiça Carlos Eduardo Magalhães de Almeida. Ausente justificadamente o Conselheiro Carlos Gomes. Após a constatação de quórum, o Presidente abriu a sessão. **I – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a ata da 186ª Sessão Extraordinária, de 30 de julho de 2015. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Memorando nº 49/CGab, de 14 de julho de 2015, em que o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do MDPFT, Promotor de Justiça José Theodoro Corrêa de Carvalho, informa a dificuldade em conceder novos afastamentos de membros para o segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, decidiu não publicar o aviso previsto nos arts. 33, Seção III, e 6º respectivamente, da Resolução nº 170/2014, e da Resolução n.º 71/06, que tratam dos afastamentos para freqüentar cursos de aperfeiçoamento para estudos e elaboração de dissertações e teses, no mês de julho/2015, sem prejuízo da concessão, mediante análise, da prorrogação dos afastamentos em curso na presente data; **B.** Apresentação do cronograma para eleição, pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, e pelos pares, Procuradores de Justiça, para a composição do Conselho Superior do MPDFT, biênio 2015/2017, e designação da Comissão Eleitoral para dirigir os trabalhos. Os Procuradores de Justiça José Firmo Reis Soub e Maria de Lourdes Abreu foram eleitos pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça. A Procuradora de Justiça Maria de Lourdes Abreu foi nomeada Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assumindo o cargo a Conselheira Suplente, Procuradora de Justiça Conceição de Maria Pacheco Brito, em 3 de dezembro de 2014. Os Procuradores de Justiça Carlos Gomes e Antonio Ezequiel de Araujo Neto foram eleitos pelos seus pares. Os Procuradores de Justiça José Firmo Reis Soub e Antonio Ezequiel de Araujo Neto cumprem o segundo mandato consecutivo. Os mandatos se encerram em 30 de setembro de 2015. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, acolheu o cronograma, bem como os nomes apresentados para a composição da Comissão Eleitoral, integrada pelo Procurador de Justiça Gladaniel Palmeira de Carvalho – Presidente, pelos Promotores de Justiça Trajano Sousa de Melo, José Theodoro Correa de Carvalho e Mauro Faria de Lima, e pelo Promotor de Justiça Adjunto Gilberto Teles Coelho – Secretário. A Secretária do Conselho Superior, Conselheira Ana Luisa Rivera, lembrou que, de acordo com o art. 74, §4º, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014 (Regimento Interno do Conselho Superior), no mês que anteceder a realização da eleição, não haverá distribuição para o Conselheiro que estiver cumprindo o segundo mandato consecutivo. A Secretária enfatizou, ainda, que os Conselheiros que estão findando o seu primeiro mandato e que declararem que não participarão de reeleição, também poderão ter a distribuição de processos suspensa nos 30 (trinta) dias que antecederem a eleição. **3. COMUNICAÇÕES DA**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

CORREGEDORIA-GERAL. A. Memorando nº 202/GCG/2015, de 10 de julho de 2015, em que a Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MDPFT, Promotora de Justiça Alessandra Campos Morato, informa o arquivamento do Expediente nº 08190.019152/15-30; **B.** Memorando nº 205/GCG/2015, de 24 de julho de 2015, em que a Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MDPFT, Promotora de Justiça Alessandra Campos Morato, informa o arquivamento do Expediente nº 08190.019167/15-15; **C.** Memorando nº 206/GCG/2015, de 24 de julho de 2015, em que a Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MDPFT, Promotora de Justiça Alessandra Campos Morato, informa o arquivamento do Expediente nº 08190.019148/15-62. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, homologou os arquivamentos de Expediente. **II – ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08190.014018/15-70.** Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Proposta de alteração de atos normativos internos do MPDFT – Resoluções CSMPDFT 109/2011 e 170/2014, para inclusão de cotas raciais nos concursos para ingresso na carreira do MDPFT e estabelecimento de critérios para a formação da Comissão de Concurso.* Relatora: Conselheira MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA SOUB. Discussão: Leitura de relatório e voto pela Conselheira-Relatora. Amplo debate sobre as alterações propostas. **Decisão:** O Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro abriu a divergência pela aprovação da proposta. O Presidente do Conselho Superior, Leonardo Roscoe Bessa, adiantou o voto, acompanhando a Conselheira-Relatora, em razão de sua ausência justificada no final da sessão. O eg. Conselho Superior, por maioria, acompanhou a em. Conselheira-Relatora pelo não acolhimento das alterações propostas às Resoluções CSMPDFT nº 109/2011 e nº 170/2014, com o prosseguimento do Processo de Abertura do 31º Concurso Público para ingresso na carreira do MDPFT (Processo nº 08190.014017/15-15), que será regido pelas normas vigentes. Vencido o Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro. O eg. Conselho Superior também deliberou pela instituição de duas Comissões de Estudos para analisar as alterações propostas ao regulamento do concurso, para certames futuros. A Comissão de estudos quanto à instituição das cotas raciais será integrada pelo Procurador de Justiça José Eduardo Sabo Paes e pelos Promotores de Justiça Antônio Marcos Dezan, Rodolfo Cunha Salles e Thiago André Pierobom de Ávila. A Comissão de estudos quanto aos critérios para composição da Comissão de Concurso será integrada pelos Procuradores de Justiça José Firmo Reis Soub, Antônio Ezequiel de Araujo Neto e André Vinícius Espírito Santo de Almeida. **III – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** Definiu-se o dia 3 de agosto de 2015, segunda-feira, como a data da próxima sessão extraordinária para julgamento do Procedimento nº 08190.014017/15-15, que trata da abertura do 31º Concurso para ingresso na carreira do MPDFT, no cargo de Promotor de Justiça Adjunto. A sessão foi encerrada às dezessete horas. Para constar, eu, Ana Luisa Rivera, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai assinada por mim e pelos membros do Conselho Superior presentes.

Original Assinado
LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

Original Assinado
JOSÉ FIRMO REIS SOUB
Vice-Presidente do CSMPDFT
Procurador de Justiça

Ausente justificadamente
CARLOS GOMES
Conselheiro
Procurador de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

Original Assinado
ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
CONCEIÇÃO DE MARIA PACHECO BRITO
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original Assinado
SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora Geral de Justiça
Procuradora de Justiça

Original Assinado
ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA SOUB
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original Assinado
ANA LUISA RIVERA
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Original Assinado
DIAULAS COSTA RIBEIRO
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
CARLOS EDUARDO MAGALHAES DE ALMEIDA
Corregedor-Geral do MPDFT
Procurador de Justiça